

Cidade Ética

Gustavo Ungaro

A cidade que temos é o espaço de convivência que sonhamos? Queremos uma cidade com ilhas fortificadas, paraísos artificiais condominiais, ao lado de guetos de exclusão, verdadeiros infernos terrestres? Rios limpos e integrados ao cotidiano das pessoas, ou mortos desaguadouros de detritos, contidos por concreto e vias pavimentadas ao invés da preservação das margens com vegetação? A Prefeitura deve incentivar a sustentabilidade e planejar a ocupação urbana com vistas ao desenvolvimento social, ou ignorar o futuro e financiar negócios imediatistas motivados por interesses particulares? Os elevados gastos públicos com transportes e coleta de lixo, por exemplo, são suficientemente transparentes e foram contratados após licitações limpas e competitivas?

São decisões fundamentais que conformam, gradativamente, o local e o modo de vida de uma sociedade, e dependem de escolhas, pautadas pela ética. Se assimilada a visão aristotélica, segundo a qual o ser humano é naturalmente voltado à vida em coletividade, como animal político, a convivência é uma necessidade, sendo a pólis seu destino inevitável. E, para o convívio ser minimamente harmônico, estabelecem-se regras – daí a relevância do Direito.

Nossa Constituição, a Lei das leis, apresenta diretrizes para a organização das cidades, plasmadas pela decisão dos representantes eleitos pelo povo, as quais foram detalhadas pelo Estatuto da Cidade, incentivando a gestão democrática da municipalidade, em busca de uma urbanização inclusiva, justa, consequente, capaz de favorecer a fruição de direitos por todos os cidadãos, em prol do bem comum, com serviços de qualidade e adequada ocupação do solo.

Se ainda estamos distantes da situação almejada, uma boa estratégia pode ser acompanhar a atuação dos poderes públicos e utilizar a legislação existente, promotora da participação e da transparência, de modo a exercer o controle difuso, comparecendo a audiências públicas, pedindo informações e esclarecimentos sempre que necessário, oferecendo contribuição por meio dos conselhos temáticos e setoriais, denunciando irregularidades e apontando sugestões nas Ouvidorias (www.ouvidoria.sp.gov.br).

Santo Agostinho apregoava que a cidade dos homens deveria ser transformada à luz da cidade de Deus, com a ação humana sendo pautada pela inspiração divina, com seus princípios e valores. Melhor que aguardar um milagre é procurar agir, com consciência e consequência.

Gustavo Ungaro, Bacharel e Mestre em Direito pela USP, Professor de Ensino Superior, é Ouvidor Geral do Estado de São Paulo e Membro Titular do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI).

Obs: O conteúdo do artigo é de total responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a opinião do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).